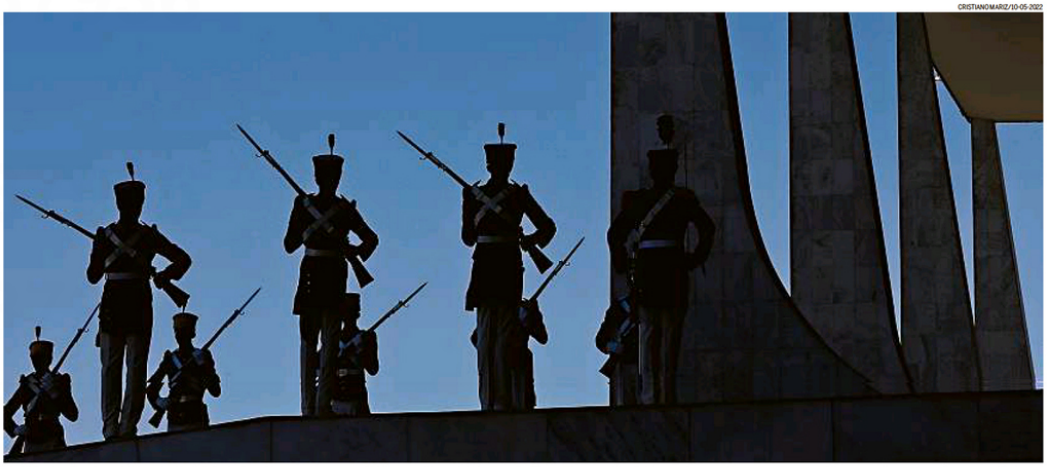
O GLOBO
Publicado em 13/10/2022 - 05:57

Candidatos não detalham plano sobre economia e corrupção

ELEIÇÕES 2022

CRISTIANO MARIZ/10-05-2022



Equilíbrio instável. Em meio à disputa pelo Palácio do Planalto, o ex-presidente Lula (PT) e o presidente Jair Bolsonaro (PL) evitam detalhar propostas enquanto tentam acenar ao centro sem desagradar eleitores mais à esquerda ou à direita

FUGA DE COMPROMISSOS

Lula e Bolsonaro evitam detalhar economia e combate à corrupção

BERNARDO MELLO
bernardo.mello@infoglobo.com.br

Com receio de desgastes em um segundo turno que os apresenta com índices semelhantes de rejeição, o ex-presidente Lula (PT) e o presidente Jair Bolsonaro (PL) têm evitado detalhar propostas para a economia e o combate à corrupção, deixando brechas para mudanças e guinadas em discursos. Nas ocasiões recentes em que mencionaram publicamente pautas como a revisão da tabela do Imposto de Renda (IR), mudanças na regra do teto de gastos e o relacionamento com instituições como a Polícia Federal (PF) e a Procuradoria-Geral da República (PGR), os candidatos buscaram acenar com diretrizes sem se comprometer com uma fórmula específica. Para especialistas, ambos tentam acenar a um eleitor mais cético quanto a suas candidaturas sem desagradar as bases.

Lula reapresentou nesta semana uma proposta de aumentar a faixa de isenção no IR para R$ 5 mil, mirando um eleitorado de classe média. A ideia já havia sido trazida pelo ex-presidente no início da corrida eleitoral, mas foi deixada de lado após economistas ligados à campanha avaliarem que a iniciativa poderia não ter efeito prático para reduzir a concentração de riqueza, por implicar em reajustes de alíquotas também para outras faixas.

Ontem, em discurso na Bahia, o petista defendeu sua proposta afirmando que o modelo atual de tributação igualaria mais pobres e mais ricos, mas ressaltando não querer "tirar nada de ninguém", em um gesto também às classes de renda mais altas. As diretrizes de governo apresentadas pela campanha de Lula falam em "fazer os muito ricos pagarem Imposto de Renda", sem detalhar a ideia.

— Vamos ter que fazer política tributária correta, progressiva. Por isso estamos propondo que até R$ 5 mil as pessoas não paguem mais Imposto de Renda. No Brasil, quem ganha seis salários mínimos está entre os 10% mais ricos. Isso não é normal. E 68% da arrecadação vem dessa gente que ganha pouco — disse Lula.

Mudanças de posicionamento do petista já apareceram na área de combate à corrupção. Após ter exaltado em diferentes momentos o fato de seu governo ter iniciado a prática de seguir a lista tríplice do Ministério Público Federal (MPF) na nomeação do PGR, Lula não quis se comprometer com o modelo na campanha. Em sabatina ao Jornal Nacional da TV Globo no primeiro turno, o petista disse que queria deixar "uma pulguinha atrás da orelha" dos procuradores, em meio a críticas à atuação do MPF contra si mesmo na Lava-Jato.

Bolsonaro, por sua vez, tem dado enfoque em seus discursos a indicadores negativos na economia após o governo Dilma Rousseff (PT) e a investigações por corrupção contra Lula, cujas sentenças na Lava-Jato foram anuladas. Com a estratégia, que envolve ainda temas como aborto, e sem detalhar como cumprir metas estipuladas para seu próximo mandato, o presidente tenta ampliar a rejeição ao petista, que chegou a 42% segundo a última pesquisa Ipec; a rejeição a Bolsonaro, no mesmo levantamento, oscilou de 50% para 48%.

— Nas questões econômicas temos ido bem graças a ministros competentes. O dia 30 de outubro vai marcar a luta do bem contra o mal. Falo de vez em quando algum palavrão, mas não sou ladrão — discursou Bolsonaro, na segunda-feira, em Pelotas (RS).

Na avaliação do cientista político Josué Medeiros, do Núcleo de Estudos sobre a Democracia (Nudeb) da UFRJ, Bolsonaro mantém na campanha um padrão de oscilações em seus posicionamentos, por vezes contraditórios entre si. Embora, em acenos ao mercado, venha elogiando a performance do ministro da Economia, Paulo Guedes, o presidente já sugeriu na campanha a intenção de recriar pastas como Indústria e Comércio, que hoje estão sob a alçada de seu ministério. Na campanha de 2018, em um gesto que buscava demarcar distância para acordos políticos que envolveram denúncias de corrupção, Bolsonaro chegou a prometer "no máximo" 15 ministérios, oito a menos do que o número atual.

Lula, por sua vez, deixa "portas de saída" ao falar sobre propostas para não ficar posicionado muito à esquerda, segundo Medeiros. O petista tem buscado atrair neste segundo turno forças de centro, como a presidenciável Simone Tebet (MDB), e também colheu apoios de economistas com perfil liberal, como o ex-presidente do Banco Central, Armínio Fraga.

— Numa eleição marcada pelo duelo de rejeições e em que o primeiro colocado nas pesquisas não tem tanta vantagem, há pouco espaço para o debate programático. Nenhum dos candidatos quer o risco de perder pontos, e o próprio eleitor parece mais atento a temas como a fome e a pauta moral — avalia o cientista político.

SEM SOLUÇÕES

Entre as áreas com maior potencial de atritos que têm sido pouco detalhadas por Lula e Bolsonaro estão mudanças no teto de gastos e no preço dos combustíveis. Ambos têm indicado planos de rever o limite de despesas estabelecido no governo Michel Temer (MDB), cuja regra atual prevê o reajuste pela inflação, mas conciliam falas contra o teto com discursos pró-responsabilidade fiscal, sem colocar uma fórmula em debate. O tema se relaciona também com promessas feitas pelas duas campanhas de garantir o Auxílio Brasil de R$ 600, por ora sem espaço no Orçamento, e o piso da enfermagem, que pode ser custeado com saldos remanescentes de verba de combate à Covid-19.

No caso dos combustíveis, Lula tem sugerido acabar com a paridade de preços da Petrobras com o mercado internacional, item também já criticado por Bolsonaro, mas sem se comprometer com um modelo. Na sabatina ao Jornal Nacional em agosto, o petista chegou a apontar "equívocos" de Dilma, sua sucessora, ao represar o preço da gasolina em 2014, sem acompanhar o custo do barril de petróleo, o que pressionou o orçamento da Petrobras.

Na campanha, Bolsonaro e Lula também têm feito acenos distintos para parceiros internacionais, como China, Estados Unidos e Rússia, em paralelo a discursos protecionistas.

SEM DETALHAR

Lula e Bolsonaro evitam se aprofundar em temas que podem ampliar rejeição

Lula (PT)

Bolsonaro (PL)

	Lula (PT)	Bolsonaro (PL)
CRITÉRIOS PARA PGR E POLÍCIA FEDERAL	O ex-presidente não se comprometeu em indicar um procurador-geral da República com base na lista tríplice do Ministério Público (MPF), e disse que gostaria de deixar "uma pulguinha atrás da orelha". Hipótese debatida internamente é uma lista ampliada.	O atual presidente nomeou o atual PGR, Augusto Aras, fora da lista, e disse que "acabou com a Lava-Jato" por, segundo ele, "não ter mais corrupção", sem detalhar se mudará critérios de escolha do diretor-geral da Polícia Federal, que já teve quatro nomes em seu governo.
TETO DE GASTOS	Já declarou, assim como Bolsonaro, ter intenção de rever o teto de gastos, sem se comprometer com um novo modelo de âncora fiscal. Economistas da campanha já sugeriram adotar metas de superávit primário ou retirar do teto gastos sociais e investimentos.	Após romper com o teto em ano eleitoral para ampliar benefícios como o Auxílio Brasil, Bolsonaro tem defendido, de forma genérica, a "responsabilidade fiscal". Sua equipe avalia usar o nível da dívida pública como parâmetro para aumento ou contenção de gastos.
PREÇO DOS COMBUSTÍVEIS	O petista diz ser contra a paridade internacional de preços da Petrobras, e sugeriu uma política que "considere os custos nacionais". Também criticou a PEC do teto para a alíquota do ICMS, mas disse que não pretende rediscutir o tema.	O atual presidente sugeriu manter desonerações nos impostos federais que incidem sobre o combustível. Ele ainda não detalhou como pretende lidar com as discussões entre estados e União envolvendo a base de cálculo do ICMS, hoje na alçada do STF.
REVISÃO DA TABELA DO IR	O petista propôs ontem elevar a faixa de isenção para R$ 5 mil, medida já posta em xeque por economistas da campanha, que questionam seu efeito na prática. Também falou em "fazer os muito ricos pagarem" mais imposto, sem detalhar.	Após propor em 2018 o aumento da faixa de isenção para R$ 5 mil, a equipe econômica do presidente aprovou um projeto no ano passado com metade deste valor. No atual plano de governo, aparece novamente a proposta.
ESPAÇO NO ORÇAMENTO PARA GASTOS SOCIAIS	O ex-presidente tem prometido, além do Auxílio Brasil de R$ 600, um complemento de R$ 150 para famílias com crianças de até seis anos, sem especificar onde buscará esses recursos. Também disse ser favorável ao piso da enfermagem, hoje sem espaço no Orçamento.	Ele afirmou que manterá o Auxílio em R$ 600, embora a proposta de Orçamento do governo preveja um valor médio de R$ 405. Uma hipótese discutida por senadores, ainda sem posição de Bolsonaro, é colocar o benefício fora do teto, assim como o piso da enfermagem.
DIPLOMACIA E RELAÇÕES COMERCIAIS	Em discurso recente, criticou a abertura da economia brasileira a empresas da China, mas também tem exaltado sua interlocução com países dos Brics. Na campanha, já evitou condenar expressamente a Rússia, outro parceiro dos Brics, pela guerra na Ucrânia.	O atual presidente acumulou declarações e posicionamentos refratários ao governo chinês em seu mandato, mas abriu espaço para a Huawei no 5G. Também exaltou a interlocução com o governo russo em meio a acenos de reaproximação com o governo Biden nos EUA
NÚMERO DE MINISTÉRIOS	Sem detalhar quantas pastas pretende ter em sua gestão, o petista já falou na campanha em recriar os ministérios do Turismo e da Pesca, além de criar um ministério indígena.	Após prometer no máximo 15 ministérios em 2018 e não cumprir, o presidente já sugeriu ampliar o número de pastas, recriando os ministérios da Indústria e do Comércio.

Editoria de Arte

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal O Globo - Rio de Janeiro/RJ

Seção: Política **Pagina:** 4

Copyright © Clipclap 2025.